

Documentos históricos em língua portuguesa: exercícios de leitura, interpretação e tradução

NANCY RITA SENTO SÉ DE ASSIS*

Parte considerável da atividade profissional do historiador brasileiro consiste na leitura de textos escritos em sua própria língua, a língua portuguesa. Chamados entre os historiadores de *documentos*, são textos produzidos em períodos distintos e, às vezes, distantes o bastante da linguagem contemporânea desses leitores para causar neles uma atitude de estranhamento com relação ao escrito. Dos variados tipos de *documentos* destacamos os diversos tipos constantes nos acervos judiciários, os jornais e os Anais parlamentares como fontes privilegiadas de leitura e tradução de lições subliminares de subalternidade, desobediência e subversão que nos chegam dos séculos XIX e XX. Entre formas ortográficas caídas em desuso, incógnitas abreviaturas e a confusa pontuação próprias do português do século XIX, ou entre surpreendentes adjetivações do português do século XX, o historiador brasileiro percebe-se estrangeiro diante da sua própria língua. Assim, na relação que se estabelece entre texto e historiador este assume a função de tradutor.

Pretendemos demonstrar que em sua atividade de pesquisa, e mesmo trabalhando com *documentos* escritos em sua língua materna, o historiador brasileiro contemporâneo deve colocar-se em posição de enfrentamento das muitas variações da língua portuguesa dos séculos XIX e XX. Como se estivesse diante de *duas línguas* distintas – o português de que é falante/escritor/leitor aquele que pesquisa, e o português de que eram falantes/escritores/leitores os que produziram os *documentos* sobre os quais recaem a curiosidade e as indagações contemporâneas –, caberá ao historiador realizar a *tradução* que cria entre as duas línguas “uma complementariedade que revela, muitas vezes, um sentido antes despercebido na língua original” e que, conforme esta tese de Walter Benjamin, “pode se exprimir [e revelar] na sua traduzibilidade.” Dialogando com Benjamin, Derrida e Meschonnic, pretendemos demonstrar que se podemos aprender algo sobre as relações de poder dos séculos XIX e XX, que ainda hoje

* Professora Adjunta do DCH-V da Universidade do Estado da Bahia

influenciam as relações de poder e dominação vivenciadas nesse início do século XXI, devemos isso ao peculiar trabalho de tradutor realizado pelos historiadores que, como os melhores leitores, mediatizam o entendimento dos significados do que está escrito no português do passado.

Quando Benjamin escreveu a “tarefa do tradutor” tinha preocupações poéticas, ou com a *poesis*, melhor dizendo. Era o ano de 1923 e o texto prefaciava a tradução que o próprio Benjamin fez dos *Tableaux parisiens*, de Charles Baudelaire. Nossas preocupações – preocupações de historiadores – não são exatamente poéticas, mas, sem dúvida são preocupações com as subjetividades que guardam todos os escritos, particularmente os que nos chegam do passado. Do nosso passado. Nesse sentido, a possibilidade de diálogo com Benjamin se realiza porque nele também as línguas são concebidas em suas relações históricas. Segundo Benjamin,

também para as palavras fixadas existe um amadurecimento posterior. (...) Aquilo que era fresco pode tornar-se mais tarde caduco, o que era usual pode soar mais tarde de modo arcaico. Procurar o essencial de tais metamorfoses, bem como das constantes transformações de sentido, na subjetividade daquele que nasceu depois, em vez de a procurar na vida própria da língua e das suas obras, significa confundir – a base com a essência de uma coisa; (...). Porque, assim como o som e o significado dos grandes poemas se modificam com os anos, assim também se transforma a língua materna do tradutor. (Benjamin, 2010, pp. 4-5).

Apesar da possibilidade aberta, não é tarefa fácil adentrar esta seara de poetas, ensaístas, teóricos da linguagem e tradutores. Porém a idéia é propor que se discuta o sentido em que o estranhamento do historiador, diante dos escritos próprios da sua lide, pode impedi-lo de alcançar os significados e subjetividades do passado. Considerando que não se trata aqui de um estrangeiro diante de uma língua que não é a sua, mas de um leitor brasileiro às voltas com escritos em sua língua materna, a questão que se coloca não é exatamente a da tradução e sim a da *traduzibilidade*. Nesse sentido, é pertinente refletir, junto com Kampff Lages, sobre a noção de que

o próprio conceito de traduzibilidade, da forma problematizada com o que é posto por Benjamin, constitui um conceito atravessado (mas não dominado) pelo influxo melancólico: ele pressupõe, por um lado, a aceitação de uma distância, de uma separação de um fundo textual reconhecido como anterior, por definição, inapreensível em sua anterioridade; por outro, implica na destruição voluntária desse texto anterior e sua reconstituição, em outro tempo, outra língua, outra cultura, enfim em uma situação de alteridade ou outridade radical. (...) Não por acaso, pois, Benjamin irá ligar a traduzibilidade à questão de definir, finalmente, o que vem a ser esse processo e o produto desse processo denominado Tradução, enquanto movimento que constitui a própria linguagem no que ela tem de essencial: sua identidade enquanto construída sobre um substrato histórico em constante transformação. (Lages, 1996, p. 70).

A aceitação da distância benjaminiana traz algumas implicações ao trabalho do historiador. A primeira delas concerne ao fato de que este deve aceitar tomá-la sem, contudo, abandonar o interesse que presentemente o direciona para o passado. A proposta não é, portanto, de mero exercício paleográfico, embora admitamos que, metodologicamente, este ainda seja uma importante ferramenta num primeiro momento e aos primeiros contatos com os escritos caros ao historiador, através dos quais ele recolhe vestígios de passados do seu interesse e que também interessam àqueles com quem compartilha o tempo presente. Esta mesma implicação da distância, ou do distanciamento do historiador, pode ainda ser pensada a partir do monoligismo derridiano, segundo o qual a língua, adotada do colonizador, “já promete ser uma língua inapropriada, tão inevitável quanto impossível; uma promessa de algo que não o pode ser, um testemunho no qual a língua é condição originária e, ao mesmo tempo, o obstáculo.” (Silva, 2008, p. 62). É nesse mesmo sentido que às vezes também o historiador experimenta o estranhamento – embora, talvez sem a mesma melancolia da poesia – derridiano, quando se vê diante dos escritos do passado.

Uma segunda implicação, o problema da recepção e (re)interpretação dos leitores da história que contam os historiadores, remete-nos à concepção materialista de *tradução* encontrada em Meschonnic, especialmente no que a mesma se aproxima da

perspectiva benjaminiana, ou seja: na identificação da ideia de *re-textualização* de Meschonnic com a *re-poetização* de Benjamin. Nesse ponto é necessário ainda pensar que no processo historiográfico de *traduzibilidade*, não raro o historiador brasileiro – que se dedica à história dos primeiros séculos de colonização portuguesa, bem como à história do século XIX e início do século XX – vê-se diante de alguma dificuldade. Dificuldade que os linguistas chamam de “não-compreensão” e que, tanto no caso deles como no caso dos historiadores, pode ser “de origem lexical, semântica, sintática, ou de reformulação, recontextualização.” (Passos, 2008, p. 18).

Nesse ponto é importante trazemos algum exemplos para dentro do nosso texto com o intuito de afastar possíveis desconfiças de que a reflexão aqui proposta não passe de uma “apropriação indébita” das angústias dos tradutores-poetas, dos tradutores-ensaístas, escritores e lingüistas. Vejamos, por exemplo, a longa discussão parlamentar em que se envolveram os deputados provinciais da Bahia, o bacharel em direito, Araújo Pinho, e o médico, César Zama:

Sr. Araújo Pinho – (...) assim não posso deixar de combater o ponto do discurso do nobre deputado em que fala da restrição do ensino superior, por considerá-la inconveniente e injusta. (Apoiados). (...)

Sr. Zama – Estamos de acordo em um ponto, que o estudo superior deve ser para as grandes vocações.

Sr. Araújo Pinho – Como se a descobrirá se com a restrição não pode manifestar-se? Mais, Sr. Presidente, acentua-se a injustiça do nobre deputado querendo estabelecer a restrição do ensino superior quando S. Ex. pretende realizar essa medida por meio da elevação da taxa das matrículas.

Sr. Zama – Por outra qualquer forma seria uma iniquidade.

Sr. Araújo Pinho – Por esta será uma crueldade.

Sr. Zama – Esta está no poder do homem vencer.

Sr. Araújo Pinho – Sr. Presidente, elevando a taxa das matrículas como quer o nobre deputado, criava-se no ensino o monopólio para os ricos e contrariava-se a vocação daqueles indivíduos que fossem pobres e, meus senhores, a pobreza não é um vício, não é um crime que possa inabilitar o indivíduo que dela é afetado (apoiados) de realizar as suas aspirações. (...), como pois hei de admitir de bom grado que se eleve a taxa de matrículas, contrariando-se a vocação do homem que é pobre, daquele

que não tem recursos pecuniários mas que tem uma riqueza em si mais preciosa, mais inestimável, que é a riqueza do talento?(Muito bem).

Sr. Zama – Quando já se viu nessa terra alguém nessas condições deixar de formar-se?(...)

O Sr. César Zama dá calorosamente um extenso aparte que não pode ser tomado e dá lugar a algumas reclamações.

Sr. Presidente – Atenção!

Sr. Araújo Pinho – Sr. Presidente. Começo por lastimar que o nobre deputado se exprimissem em linguagem tão violenta. Já com relação aqueles que são meus colegas por serem bacharéis, já em relação aos que são colegas do nobre deputado que são médicos. Ainda quando porventura nas academias e merecidamente alguns indivíduos, já pelo patronato já pela posição de suas famílias ou por outras circunstâncias possam ter conseguido um diploma de bacharel ou uma carta de médico, o nobre deputado não deve ao falar neles se lembrar de albardas para amesquinhá-los (...) Sr. Presidente, dizer a um indivíduo que tem talento que não siga a carreira para que lhe destinou a natureza só porque não tem recursos(...), só porque não teve o berço circundado pelas galas da magnificência o talento seja acorrentado como Prometeu ao Cáucaso da ignorância (apoiados e muito bem).

Sr. Zama – Não é atar ao Cáucaso da ignorância quando abriga o ensino primário e faz peito ao secundário. (...)

Sr. Zama – O que eu quero é acabar com essa aristocracia de diplomas, porque por muito bom que seja o indivíduo estamos sempre olhando por cima do ombro.

*Sr. Araújo Pinho – O sistema de V. Ex. traz como consequência o monopólio da ciência pela aristocracia da fortuna. (IGHBa – *Annais da Assembléia Provincial da Bahia*. 48^a Sessão Extraordinária de 27 de Abril de 1875).*

Traduzidos o léxico e a sintaxe do português oitocentista, entregamo-nos à tarefa de buscar a traduzibilidade do caloroso debate e perseguir o sentido e as motivações pelos quais as palavras de Zama e Araújo Pinho foram levadas a seus pares. Os registros de “Muito Bem”, “Apoiados” e “Aplausos” revelam uma audiência atenta, que a todo momento manifestava-se com relação ao que ouvia. Embora não nos tenha sido possível identificar o tipo de restrição advogado pelo deputado Araújo Pinho, inferimos que, em sua traduzibilidade, o documento revela-nos que o deputado César Zama “não

concordava com a ascensão social dos indivíduos que, mesmo ‘distinguidos’ pelo diploma de médico, continuariam a ser olhados com certo desprezo, ‘por cima do ombro’”. (Assis, 2006, p.72). No limite, a fala de ambos os deputados traduzem um preconceito que, dos tempos Imperiais chegaram aos nossos dias. Além disso, e apesar das cuidadosas omissões do escrivão, visando preservar a honradez da Casa Parlamentar baiana, podemos concluir – da resposta de Araújo Pinho – que o deputado César Zama “atingira os brios de médicos e bacharéis baianos, lembrando a seus pares que o acesso às academias do Brasil nem sempre era circunstanciado pelo talento ou vocação dos indivíduos, mas pelas relações e posição social destes e de suas famílias e patronos”. (Ibidem). Embora não o digam de modo explícito, comunicam-nos os preconceitos das elites letradas do Império do Brasil, responsáveis em grande medida pelo longo histórico de elitização do ensino superior brasileiro, posto que tiveram em suas mãos o poder de definir regras e critérios (aqui no caso, o econômico) de acesso às faculdades do Brasil.

Já na Primeira República, no ano de 1896, ao ser aprovado em concurso público da faculdade de medicina da Bahia, o médico de descendência africana, Juliano Moreira, faz um discurso que traduz o quadro de tensão em que a parte da sociedade brasileira tentava fazer prevalecer as *Virtudes* individuais, naquele contexto de dominação das precedências do *Berço* e da *Fortuna*. Em quase um desabafo, o discurso de Juliano Moreira traduz as angústias que os primeiros “homens de cor” e talento experimentavam ao ascenderem através do Diploma de Médico. Juliano Moreira dirige suas palavras “(...) a quem se arreceie de que a pigmentação seja nuvem capaz de marear o brilho desta faculdade (...)”. E, esperançoso de que num futuro, implicitamente próximo, as virtudes triunfassem sobre “a qualidade do indivíduo”, dizia:

subir sem outro bordão que não seja a abnegação ao trabalho, eis o que há de mais escabroso. (...) Em dias de mais luz e hombridade o embaraçamento externo deixará de vir à linha de conta. Ver-se-á, então que só o vício, a subserviência e a ignorância são que tisanam a pasta humana quando a ela se misturam (...) A incúria e o desmazelo que petrificam (...) dão àquela massa humana aquele outro negror. (PASSOS, 1975, PP. 17-18).

Mulato e nascido numa família pobre da cidade do Salvador, Juliano Moreira teve uma trajetória excepcional, graduando-se em medicina aos 18 anos, e uma carreira brilhante. Apesar disso,

o discurso do Dr. Juliano permite entrever os percalços da sua passagem pela escola de medicina e, não deixando de insinuar o desconforto em que ficava a “boa sociedade” branca baiana diante da ascensão de indivíduos como ele, recorre ao mesmo discurso hegemônico de associação negativa, emprestando a cor negra – responsável pelo “embaraçamento externo” do qual sugere ter sido vítima – aos defeitos de caráter, comportamento e personalidade que, do seu ponto de vista, eram os que deveriam ser levados em conta na apreciação das qualidades de um indivíduo. (ASSIS, 2006, pp. 73-74).

Vários outros textos oitocentistas remetem às possibilidades de traduzirmos os anseios, expectativas e subjetividades que estiveram em jogo na determinação do lugar dos indivíduos na sociedade brasileira e, principalmente, do que se pretendia fosse e/ou viesse a ser o *cidadão brasileiro*. Captar essas “subjetividades”, majoritariamente nada poéticas, embora possam revelar-se bastante “sentimentais” em sua traduzibilidade, exige que, diante do(s) escrito(s), o historiador se submeta ao processo de negociação proposto por Umberto Eco,

um processo com base no qual se renuncia a alguma coisa para obter outras – e no fim as partes em jogo [aqui, no nosso entendimento, o texto-documento e a tradução do historiador] deveriam experimentar uma sensação de razoável e recíproca satisfação à luz do áureo princípio de que não se pode ter tudo. (ECO, 2007, p. 19)

Cara lição para o historiador, que vive às voltas com as frustrações trazidas pelos silêncios e dizeres para os quais não encontra a traduzibilidade que lhe permitiria, por fim, alcançar o sentido em que os fatos, as coisas e as impressões foram ditas, escritas e lidas no passado, bem como as subjetividades de cada palavra, expressão, linha, interrogações, ponto e vírgula.

Discutir as possibilidades da relação historiador brasileiro/texto-documento acima ponderadas é também propor que o historiador pode, nas lides do seu principal

ofício, ousar mais do que interpretar e, assim, empenhar-se em trazer para o presente a traduzibilidade dos textos do passado escritos em língua materna.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de Assis. “Baianos do honrado Império do Brasil: honra, virtude e poder no Recôncavo (1808-1889). Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Temas introdutórios. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. Queiroz, 1991. 198 p. p. 5 – 76.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Luiz Domingos e GOUVÊA, Julio César. “Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas.” In *Revista de Sociologia e Política*, 28, pp. 251-255, jun.2007.

COSTA, Luiz Domingos e GOUVÊA, Julio César. “Elites e historiografia: questões teóricas e metodológicas.” In *Revista de Sociologia e Política*, 28, pp. 251-255, jun.2007.

ELIAS, Nobert. **A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2001.

FURLAN, Mauri. “Possibilidade(s) de tradução(ões)”. In **Cadernos de tradução**. Florianópolis, Vol.1 Nº 3 (1998), pp. 89-111.

HEINZ, Flávio Madureira. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LAGES, Susana Kampff. “‘A tarefa do tradutor’ e seu duplo: a teoria da linguagem de Walter Benjamin como teoria da traduzibilidade”. In **Cadernos de tradução**. Florianópolis, Vol.1 Nº 3 (1998), pp. 63-88.

PASSOS, A. **Juliano Moreira (vida e obra)**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.